

Dissídio Mobiliário 2003

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO MOBILIÁRIO 2003

Processo MTE 46218.008628/2003-60

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é celebrada com amparo no inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com as normas regtadoras do instituto insertas no art. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo que promovem a revisão das condições econômicas e sociais estabelecidas em composição anterior, mediante a adoção das seguintes cláusulas:

I - CONVENENTES

01. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CAXIAS DO SUL, Entidade Sindical legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Previdência Social, inscrita no Cadastro Geral de contribuintes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob nº 88.662.275/0001-31, sediada à rua Pinheiro Machado, 1640, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no ato representado por seu Presidente, devidamente autorizado por Assembléia Geral extraordinária convocada para o efeito e na forma da anexa documentação, assistido por Advogado do sindicato, ut anexo instrumento de procuração, ambos no fim assinados.

O conveniente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente como “Sindicato Profissional” e representará os adiante denominados “empregados”.

02. SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, ESQUADRIAS, MARCENARIAS, MÓVEIS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS, AGLOMERADOS E CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRAS DE CAXIAS DO SUL, Entidade Sindical também legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob o nº 87.815.437/0001-61, situada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à rua Italo Victor Bersani, 1134, aqui representada por seu Presidente, devidamente autorizado e assistido por Sociedade de Advogados, qualificada no anexo instrumento de procuração, todos com assinatura no final.

Este conveniente, a seguir, será denominado unicamente “Sindicato Econômico” e representará as adiante designadas “empresas”.

II - BASE TERRITORIAL

A presente Convenção Coletiva do Trabalho abrangerá a base territorial do Sindicato Profissional que compreende os municípios de Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa e Nova Roma do Sul, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

III - ABRANGÊNCIA

A abrangência da presente Convenção Coletiva de Trabalho será as Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Móveis, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras e seus respectivos empregados na base territorial acima definida.

IV - AUTORIZAÇÃO

Os Sindicatos Convenentes profissional e econômico a teor da anexa documentação (editais e listas de presença) foram autorizados expressamente a formalizei a presente convenção em seus termos.

V – VIGÊNCIA E DATA BASE

A eficácia das condições estabelecidas na presente Convenção, por definição e condição também do clausulado, será de 12 (doze) meses, a contar da data base fixada em 01 de março de 2003.

VI – CONDIÇÕES

01. VARIAÇÃO SALARIAL

As empresas concederão a todos os seus empregados admitidos até 01 de março de 2002, sobre a parcela salarial mensal de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) em março de 2002, uma variação salarial para a Uuto da tevisão de dissídio coletivo de 16,00% (dezesseis por cento), a incidir sobre os salários resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho firmada no ano anterior.

01.01. Para os empregados admitidos até 01 de março de 2002 e que percebiam salário mensal entre R\$ 500,00 (quinhentos reais e um centavo) e R\$ 900,00 (novecentos reais) em março de 2002, as empresas concederão, em março de 2003 uma variação salarial para efeito da revisão de dissídio coletivo de 16,00% (dezesseis por cento) sobre a parcela salarial compreendida entre R\$ 500,01 (quinhentos reais e um centavo) e R\$ 900,00 (novecentos reais) a incidir sobre os salários resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho firmada no ano anterior.

01.02. Ainda, para os empregados admitidos até 01 de março de 2002 e que percebiam salário mensal entre R\$ 900,01 (novecentos reais e um centavo) e R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) em março de 2002, as empresas concederão, em março de 2003, uma variação salarial para efeito da revisão de dissídio coletivo, de 14,00% (quatorze por cento) sobre a parcela salarial de R\$ 900,01 (novecentos reais e um centavo) e R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais) a incidir sobre os salários resultantes da Convenção Coletiva de Trabalho firmada no ano anterior.

01.03. Aos empregados admitidos até 01 de março de 2002 e que percebiam salário mensal superior a R\$ 1.400,01 (hum mil e quatrocentos reais e um centavo) em março de 2002 fica facultada a livre negociação entre as partes, assegurado a garantia do valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais).

02. PROPORCIONALIDADE

Os empregados admitidos entre 01 de março de 2002 e 28 de fevereiro de 2003 e cujo salário mensal, quando da admissão estava situado nas faixas integrantes da tabela de proporcionalidade abaixo, terão seus salários alterados pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (01 de março de 2003), percentuais incidentes sobre o salário de admissão.

Tabela de Proporcionalidade

Admissão	Percentual a ser praticado em março de 2003 sobre a parcela salarial mensal de até R\$ 500,00 (%)	Percentual a ser praticado em março de 2003, sobre a parcela salarial mensal entre compreendida entre R\$ 500,01 e R\$ 900,00 (%)	Percentual a ser praticado em março de 2003, sobre a parcela salarial mensal compreendida entre R\$ 900,01 e R\$ 1.400,00 (%)	Valor garantido aos empregados com salário superior a R\$ 1.400,01 (valores em R\$)
Março/2002	18,00	16,00	14,00	100,00
Abril/2002	16,38	14,57	12,76	91,64
Maio/2002	14,79	13,16	11,54	83,30
Junho/2002	13,22	11,77	10,32	74,97
Julho/2002	11,66	10,40	9,13	66,65
Agosto/2002	10,14	9,04	7,94	58,31
Setembro/2002	8,63	7,70	6,77	49,98
Outubro/2002	7,14	6,38	5,61	41,65
Novembro/2002	5,67	5,07	4,46	33,32
Dezembro/2002	4,22	3,78	3,33	24,50
Janeiro/2003	2,80	2,50	2,20	16,67

Fevereiro/2003	1,38	1,24	1,10	8,33
----------------	------	------	------	------

02.01. Em hipótese alguma resultante do reajustamento proporcional acima, poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, independentemente de cargo ou função. Da mesma forma não poderá empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

03. PAGAMENTO DA VARIAÇÃO SALARIAL

As diferenças eventualmente existentes em decorrência das variações acima previstas serão satisfeitas juntamente com a folha de pagamento do mês de março de 2003, ou em até 15 (quinze) dias após o protocolo apresentado no órgão competente, ficando o salário dos empregados, com a presente transação, considerados atualizados e compostos até 01 de março de 2003.

04. QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão das variações salariais acima, fica integralmente quitado o período revisando de 01 de março de 2002 até 28 de fevereiro de 2003, ficando estipulado que o salário resultante das variações acima previstas (01 e 02) formarão base para eventual procedimento coletivo futuro.

05. COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES NO PERÍODO REVISANDO

Quaisquer variações salariais concedidas entre 1º de março de 2002 e 28 de fevereiro de 2003, poderão ser utilizadas para compensação com as variações aqui previstas, de vez que ficam, desde já incorporados todos os reajustes salariais, espontâneos, coercitivos, acordados ou bonados previstos de 01 de março de 2002 até 28 de fevereiro de 2003, inclusive, zerando quaisquer índices de inflação da categoria até 1º de março de 2003.

06. COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES FUTURAS

As variações salariais espontâneas ou coercitivas, com exceção das concedidas nesta convenção (cláusula 01 e 02), praticadas a partir de 1º de março de 2003 e na vigência, da presente convenção poderão ser utilizadas como antecipações e para compensação em procedimento coletivo futuro, de natureza legal ou não, de feito revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

07. SALÁRIO NORMATIVO

Aos empregados admitidos após a data base e aos que vierem a ser admitidos durante a vigência da presente convenção, fica assegurado um salário normativo mínimo de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

07.01. O salário normativo só se tornará real após o decurso e cumprimento de eventual contrato de experiência que, para o efeito, ficará limitado a prazo máximo de 90 (noventa) dias.

07.02. Enquanto contrato de experiência, que para unicamente esse efeito de salário normativo deverá no máximo ser de 90 (noventa) dias, os empregados terão assegurado um salário de ingresso de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) mensais, valor este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro revisional.

07.03. Fica estabelecido que os salários normativo e de ingresso não serão considerados salário mínimo profissional ou substitutivos do salário mínimo legal para qualquer fim.

08. QUÍNUÊNIO

Fica assegurado o pagamento de adicional por tempo de serviço de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a título de quinquênio, aos empregados que tenham 05 (cinco) anos de tempo de serviço na mesma empresa.

09. AJUDA DE CUSTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea “t”, do inciso “5”, do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997 e legislação em vigor, dentro do permissivo do artigo 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados em atividade nas empresas na data da concessão do benefício.

DO PLANO

- a) a ajuda educacional aqui prevista será paga aos trabalhadores estudantes ou que tenham filhos em idade escolar e que o solicitem de forma escrita;
- b) somente será paga a ajuda educacional aqui estabelecida aos trabalhadores estudantes que estejam matriculados até a 8a série do primeiro grau, ou que tenham filhos matriculados até a 8a série do primeiro grau;
- c) os empregados deverão comprovar, perante as empresas a sua aprovação, ou de seus dependentes legais, como tal aqueles que estão cadastrados para fins da Previdência Social, nas provas de curso de ensino oficial, relativa ao ano anterior na data de pagamento da ajuda educacional aqui prevista;
- d) poderá ser substituída a comprovação da aprovação logo acima referida: pelo certificado de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no ano anterior à data de pagamento da ajuda educacional aqui prevista;
- e) deverá, ainda, ser apresentado às empresas a comprovação de matrícula em estabelecimento de ensino oficial referente ao ano ou semestre em curso na data do pagamento da ajuda educacional aqui prevista.

DAS CONDIÇÕES

09.01. Mediante o atendimento integral dos critérios acima previstos, será concedida uma ajuda de custo pelas empresas, que de qualquer modo ainda não o concedam, equivalente a 01 (um) Kit de material escolar a ser estabelecido entre as partes, obedecendo a relação de material escolar coletada junto aos estabelecimentos de ensino, excetuando os livros didáticos, aos trabalhadores estudantes ou seus filhos em idade escolar matriculados no 1º grau, sem falar em integração ao salário para qualquer fim e respeitados os seguintes requisitos.

09.01.01. Um Kit de material escolar por empregado ou filho.

09.01.02. A entrega do Kit será feita até o mês de fevereiro de 2004.

10. AUXÍLIO FUNERAL

As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outros benefícios equivalentes em valores iguais ou superiores aos estabelecidos abaixo, no caso de falecimento por morte natural de um seu empregado pagarão aos dependentes legais do mesmo, uma quantia a título de indenização equivalente a 02 (dois) salários normativos efetivos da categoria profissional.

10.01. Aos herdeiros do empregado que venha a falecer no local de trabalho, vítima de acidente do trabalho e que não estejam abrangidos por seguro de vida em grupo ou outros benefícios equivalentes em valores iguais ou superiores aos estabelecidos abaixo, será devida uma indenização equivalente a 03 (três) salários normativos efetivos da categoria profissional, paga pela empregadora.

10.02. O valor acima estipulado poderá ser objeto de compensação em eventual reivindicação de qualquer natureza.

11. COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas deverão fornecer aos seus empregados envelopes de pagamento com demonstrativo das parcelas pagar e descontadas.

12. AVISO PRÉVIO - DISPENSA CUMPRIMENTO

Aos empregados abrangidos pela presente convenção ocorrerá a dispensa do cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, no todo ou em parte com imediata anotação da data da saída na CTPS do empregado e sem prejuízo das verbas rescisórias quando e após o empregado demitido houver comprovado já ter obtido novo emprego, fazendo o empregado jus ao salário dos dias trabalhados.

13. GRATIFICAÇÃO NATALINA - EMPREGADO ACIDENTADO

As empresas pagarão a seus empregados vítimas de acidentes de trabalho no local do labor, as parcelas percentuais correspondentes à gratificação natalina não cobertas pela Previdência Social, em virtude da aplicabilidade do art. 54, inciso II, da CTPS.

14. FORNECIMENTO DA RELAÇÃO DE SALÁRIOS NA RESCISÃO

Por ocasião da rescisão de contrato de trabalho que vinculem empregados representados pelo Sindicato Profissional às empresas, estas últimas fornecerão aos empregados, contra-recibo, a relação dos Salários de Contribuição ao INSS, quando solicitado.

15. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas reconhecerão validade a atestados médicos e odontológicos para justificar faltas ao serviço, desde que expedidas por profissionais contratados pelo Sindicato Profissional e dentro dos convênios firmados pelo mesmo com o INSS e desde que o atestado contenha CID.

16. DESCONTO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados abrangidos pela presente convenção conforme autorização expressa da Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Profissional, por conta e risco do mesmo Sindicato profissional de todos os seus empregados integrantes da categoria profissional. O valor correspondente a duas parcelas de 6% (seis por cento) do salário base dos seus empregados nos meses de abril e setembro de 2003, respectivamente, limitada a incidência do percentual ao valor máximo de 06 (seis) salários normativos mínimos constante da cláusula 07 (sete) da presente convenção facultando-se ao Sindicato Profissional a cobrança de tais percentuais de conformidade com a sua conveniência recolhendo aos cofres do Sindicato Profissional até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto e assegurado o direito dos empregados se manifestarem contra o desconto previsto nesta cláusula por escrito e individualmente perante o Sindicato Profissional, em até 10 (dez) dias antes do pagamento do reajuste estabelecido nesta Convenção.

16.01. O desconto e não recolhimento nas datas aprazadas, ou em datas pré-estabelecidas pelo Sindicato Profissional, acarretará um amulta de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser recolhido, além de juros de mora e correção monetária até a data do efetivo pagamento.

17. RATEIO DE DESPESAS DECORRENTES DO PROCESSO

As empresas abrangidas pela presente convenção e que não tenham empregados em seu quadro funcional contribuirão em favor do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Caxias do Sul, as suas próprias expensas, com a quantia de R\$ 110,00 (cento e dez reais) em três parcelas, sendo a primeira e a segunda de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) cada uma e a terceira de R\$ 36,00 (trinta e seis reais).

17.01. As demais empresas abrangidas pela presente revisão contribuirão em favor do mesmo Sindicato Econômico com 03 (três) parcelas de R\$ 11,00 (onze reais) cada, por empregado constante da folha de pagamento dos meses de abril, junho e setembro de 2003.

17.02. Os recolhimentos serão processados em favor do Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Caxias do Sul, sendo a primeira parcela recolhida até o dia 20 de maio de 2003, a segunda parcela até o dia 20 de julho de 2003, e a terceira parcela recolhida até o dia 20 de outubro de 2003.

17.03. O não recolhimento nas condições e prazos acima estipulados, acarretará, além da obrigação do valor sem desconto, um amulta de 5% (cinco por cento) acrescido de juros legais e correção monetária na forma da lei.

18. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO SEMANAL

Confirmado o uso e costume já estabelecido, respeitando ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas ultrapassar a duração normal de trabalho, em qualquer atividade, inclusive mulheres e menores (art. 59, 374 e 413 da CLT) até o máximo legal permitido, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantido o repouso semanal remunerado de um dia, independentemente dos feriados. A faculdade outorgada às empresas na presente cláusula restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime compensatório, sendo que uma vez estabelecido este regime, não poderão as empresas suprimi-lo sem prévia concordância dos empregados.

19. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO FERIADÕES

Sempre que ocorrer a hipótese de um dia útil entre feriados ou dia de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover a compensação das horas deste dia em outras datas de acordo com a conveniência do trabalho.

20. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

Conforme uso, costume e tradição de revisões de Dissídios Coletivos anteriores, será permitido em folha de pagamento os descontos no art. 462 da CLT e outros já contidos em ordenamento vigente, como de seguro de vida em grupo, vale-farmácia, fornecimento de cesta de alimentos do Sesi ou subvencionada pela própria empresa, vale-supermercado e outros, devendo sempre haver a autorização expressa do empregado. Qualquer reivindicação relativa a esta cláusula poderá ser feita através de ação de cumprimento de sentença normativa.

21. AUTORIZAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para os efeitos do disposto no artigo 60 da CLT, entende-se cumpridas as formalidades ali previstas desde que haja exame e atestado correspondente de médico do trabalho devidamente habilitado junto ao Ministério do Trabalho, definindo as condições em que o trabalho a ser prorrogado deverá ser exercido.

22. DIVULGAÇÃO DE AVISOS E ESCLARECIMENTOS

As empresas designarão um local acessível aos trabalhadores para que o Sindicato Profissional divulgue comunicados e esclarecimentos, devendo ditos comunicados e esclarecimentos serem aprovados previamente pela direção das empresas e afixados no local destinado.

23. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados os equipamentos de proteção individual e de segurança obrigatórios, nos termos da legislação específica sobre higiene e Segurança do Trabalho, sendo que também fornecerão gratuitamente até 02 (dois) uniformes por ano, como também seus acessórios quando exigirem seu uso obrigatório em serviço.

23.01. Os empregados obrigam-se ao uso, manutenção e limpeza adequados dos equipamentos e uniformes que receberem e a indenizar às empresas por extravio ou dano, devolvendo os últimos por ocasião da rescisão contratual.

24. APOSENTANDO - ESTABILIDADE

Aos empregados que estiverem a 12 (doze) meses de sua possível aposentadoria, por idade ou tempo de serviço, terão neste período garantia de emprego condicionada a:

- 24.01. Tenham uma efetividade mínima de 05 (cinco) anos na empresa;
- 24.02. Comuniquem e comprovem o início do período de 12 (doze) meses, em forma de ofício assinado por si, assistido pelo Sindicato Profissional, em duas vias de igual teor e forma, numa das quais deverá constar, para validade, o obrigatório ciente da empresa;
- 24.03. A garantia estabelecida na presente cláusula cessará na hipótese do empregado não se aposentar na data prevista para tal e mencionada no ofício ou não lhe for concedida a aposentadoria, não sendo em nenhuma hipótese prorrogável a garantia de emprego em causa;
- 24.04. A garantia de emprego só poderá ser solicitada em uma única oportunidade, não sendo viável renová-la;
- 24.05. O empregado que receber aviso prévio, a partir desta data não poderá usar do presente dispositivo.

25. PRAZO PARA RECOLHIMENTO MENSALIDADES SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas comprometem-se a repassar ao Sindicato Profissional o valor do desconto das mensalidades do mesmo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto.

26. CIPA - RELAÇÃO DE ELEITOS

As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional no prazo de 15 (quinze) dias após a eleição, a relação de eleitos para as respectivas CIPA.

27. GESTANTE - ESTABILIDADE

É assegurado às empregadas gestantes nas empresas abrangidas pela presente convenção, durante a vigência da mesma, a garantia de emprego de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do parto, facultado à empregada renunciar ou transacionar a garantia de emprego de 30 (trinta) dias excedente a legalmente prevista e ora acordada.

27.01. A empregada que, quando demitida, julgar estar em estado gravídico, deverá apresentar-se à empregadora para ser readmitida, se for o caso, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da concessão do aviso prévio, sob pena de nada mais poder postular, entendendo-se a garantia inexistente se não efetivada a apresentação no prazo antes previsto.

28. TRANSPORTE PELA EMPRESA

Na hipótese das empresas fornecerem ou subsidiarem, total ou parcialmente, condução a seus empregados, para e do local de trabalho, onde exista transporte coletivo, em qualquer horário, o tempo gasto nos períodos de trajeto não será considerado de disponibilidade.

29. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As primeiras 40 (quarenta) horas extras no mês serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento). As horas extras que excederem de 40 (quarenta) mensais, serão remuneradas com o adicional de 80% (oitenta por cento), ressalvados os horários especiais (vigias, digitadores, caldeiristas, telefonistas, agentes funerários, etc).

30. PROVA DE QUITAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES AOS SINDICATOS

As empresas que venham a exercer atividades na base territorial englobada pela presente revisão, deverão comprovar estarem quites com as contribuições aos Sindicatos convenientes quando buscarem a assistência às rescisões contratuais.

31. FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

As empresas poderão, em situações de necessidades, flexibilizar a jornada de trabalho de seus empregados, nas seguintes condições:

- 31.01. Quando da decisão de flexibilização da jornada de trabalho as empresas comunicarão com uma antecedência mínima de 07 (sete) dias o Sindicato Profissional;
- 31.02. A flexibilização será adotada por votação secreta e mediante aprovação de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos empregados em efetivo exercício na empresa, excluídos desta votação e aplicação os empregados estudantes, as empregadas grávidas e/ou com filhos em creche, bem como os empregados em benefício previdenciário. O escrutínio dos votos terá a participação igualitária do empregador e dos empregados, estes escolhidos pelos mesmos;
- 31.03. As empresas poderão optar pela supressão dos dias não trabalhados ou pela compensação em outra oportunidade, sem que as horas destinadas a esta compensação sejam consideradas como extras, sempre limitado ao máximo de 05 (cinco) dias por mês;
- 31.04. Caso as empresas optem pela compensação, poderá a mesma ser feita no máximo durante 02 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira ou aos sábados, assegurando-se sempre 02 (dois) sábados livres por mês, de preferência aqueles após o pagamento mensal e quinzenal, se houver;
- 31.05. No caso de pedido de demissão pelo empregado será descontado do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa;
- 31.06. O prazo de duração do referido regime será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, mediante nova votação, por quantas vezes julgar conveniente a empresa durante a vigência da presente Convenção;
- 31.07. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados;
- 31.08. A jornada flexível poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris, ou ainda em linhas de atividades, de conformidade com a conveniência das empresas;
- 31.09. A redução decorrente desta jornada flexível não implicará em prejuízos aos empregados relativos a décimo-terceiro salário, férias e repousos semanais remunerados;
- 31.10. No caso de dispensa do empregado pelo empregador, não haverá quaisquer descontos de eventuais horas pagas e não compensadas;
- 31.11. Na hipótese de eventuais horas suplementares realizadas e não compensadas (crédito para o empregado) o pagamento das mesmas deverá ser feito dentro do seguinte critério: As primeiras 40 (quarenta) horas extras no mês serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento). As horas extras que excederem de 40 (quarenta) mensais, serão remuneradas com o adicional de 80% (oitenta por cento), ressalvados os horários especiais (vigias, digitadores, caldeiristas, telefonistas, agentes funerários etc.).
- 31.12. As empresas que desejarem usufruir da flexibilização da jornada de trabalho aqui prevista, terão que estar quites com as contribuições aos Sindicatos Profissional e Econômico.

32. ASSISTÊNCIA EM ACORDOS DE PARTICIPAÇÃO EM RESULTADOS

Os Sindicatos convenientes, sempre que convocados, colaborarão na implantação de eventuais processos de participação dos trabalhadores nos resultados das empresas vinculadas.

33. PAGAMENTO DE SEMANA COM FERIADOS

Recaindo os feriados de segundas à sextas-feiras os empregados não sofrerão descontos em seus salários das horas não compensadas. Consequentemente os empregados receberão o salário correspondente a semana de 44 (quarenta e quatro) horas e mais o respectivo repouso remunerado, caso preencham os requisitos legais. Por outro lado, quando os feriados recaírem em sábado, as empresas não terão outros encargos, pagando tão somente as 44 (quarenta e quatro) horas semanais e mais o repouso remunerado aos empregados que preencham os requisitos legais.

VII. EXIGIBILIDADE DE CLÁUSULAS PREVISTAS NA PRESENTE CONVENÇÃO

Fica convencionado que as cláusulas constantes da presente convenção coletiva de trabalho somente serão aplicáveis e exigíveis após o depósito da mesma no órgão competente, o que as partes comprometem-se a fazê-lo conjuntamente.

VIII. DIVERGÊNCIAS

Qualquer divergência na aplicação das cláusulas previstas na presente Convenção Coletiva deverá ser resolvida pela Justiça do Trabalho.

Na hipótese de recurso à Justiça do Trabalho, fica reconhecida a legitimidade dos convenenies para ajuizar ação visando o cumprimento da presente.

IX. COMINAÇÕES

Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho as cominações para eventuais infrações serão as aqui estipuladas e/ou que tenham previsão legal.

X. FORMA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, insituída com os documentos necessários, é formalizada em quatro (04) vias de igual teor e forma e uma só finalidade.

Caxias do Sul, 22 de abril de 2003.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caxias do Sul

Antonio Olírio dos Santos Silva
Presidente

P.p. Adv. Roberto Dutra
OAB/RS nº 15.676

Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Móveis, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Caxias do Sul

Edemir Giacomo Zatti
Presidente

P.p. Serra, Serra & Serra
OAB/RS nº 12